

ANEXO III

CONDIÇÕES GERAIS DOS CADERNOS DE ENCARGOS PARA CONTRATOS DE FORNECIMENTOS FINANCIADOS PELO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO (FED)

ÍNDICE

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	
	Página
Artigo 1º — Definições	55
Artigo 2º — Legislação e língua do contrato	56
Artigo 3º — Ordem de precedência dos documentos do contrato	56
Artigo 4º — Notas e comunicações por escrito	56
Artigo 5º — Fiscal e representante do fiscal	57
Artigo 6º — Cessão	57
Artigo 7º — Subcontratação	
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	
Artigo 8º — Entrega de documentos	58
Artigo 9º — Conformidade com os regulamentos locais	58
OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	
Artigo 10º — Obrigações gerais	58
Artigo 11º — Garantia de boa execução	59
Artigo 12º — Seguro	59
Artigo 13º — Programa de execução	60
Artigo 14º — Mapa discriminativo dos preços	60
Artigo 15º — Peças desenhadas do fornecedor	60
Artigo 16º — Garantia dos preços da proposta	61
Artigo 17º — Patentes e licenças	61
INÍCIO E ATRASOS	
Artigo 18º — Ordem de início	61
Artigo 19º — Prazo de execução	61
Artigo 20º — Prorrogação do prazo de execução	61
Artigo 21º — Atrasos na execução	62
Artigo 22º — Alterações	62
Artigo 23º — Suspensão	63
MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA	
Artigo 24º — Qualidade dos fornecimentos	64
Artigo 25º — Inspeção e ensaios	64
Artigo 26º — Propriedade dos fornecimentos	65

PAGAMENTO DOS CONTRATOS

Página

Artigo 27º — Disposições gerais	65
Artigo 28º — Contratos por preços provisórios	65
Artigo 29º — Adiantamentos	65
Artigo 30º — Montantes retidos	66
Artigo 31º — Revisão de preços	66
Artigo 32º — Pagamentos por conta	67
Artigo 33º — Extracto de conta final	67
Artigo 34º — Pagamentos a terceiros	68
Artigo 35º — Mora no pagamento	68
Artigo 36º — Pagamentos em moeda estrangeira	68

RECEPÇÃO E GARANTIA

Artigo 37º — Entrega	69
Artigo 38º — Operações de verificação	69
Artigo 39º — Recepção provisória	70
Artigo 40º — Obrigações decorrentes da garantia	70
Artigo 41º — Serviço pós-venda	71
Artigo 42º — Recepção definitiva	71

NÃO CUMPRIMENTO E RESCISÃO

Artigo 43º — Não cumprimento do contrato	71
Artigo 44º — Rescisão pela entidade adjudicante	72
Artigo 45º — Rescisão pelo fornecedor	73
Artigo 46º — Casos de força maior	73
Artigo 47º — Morte	73

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 48º — Resolução de litígios	74
--	----

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º

Definições

- 1.1. São as seguintes as definições utilizadas nas presentes condições gerais e no contrato:

CEE: a Comunidade Económica Europeia;

Estados ACP: os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico signatários da Convenção;

Convenção: a convenção aplicável celebrada entre os Estados ACP e a CEE;

Contrato: o acordo assinado pelas partes para a realização do fornecimento, incluindo todos os anexos e apêndices e todos os documentos a que é feita referência no acordo, anexos e apêndices;

Fornecedor: a parte com a qual a entidade adjudicante celebra o contrato;

Entidade adjudicante: o Estado ou a pessoa colectiva regida pelo direito público ou privado que celebra o contrato ou em nome da qual é celebrado o contrato com o fornecedor;

Estado da entidade adjudicante: o Estado ACP em cujo território deverá ser executado o contrato de fornecimento;

Fiscal: o departamento governamental, a pessoa colectiva regida pelo direito público ou a pessoa singular ou colectiva regida pelo direito público ou a pessoa singular ou colectiva designada pela entidade adjudicante de acordo com a legislação do Estado da entidade adjudicante, que é responsável pela direcção e/ou controlo da execução do contrato de fornecimento, e em quem a entidade adjudicante pode delegar direitos e/ou poderes;

Representante do fiscal: qualquer pessoa singular ou colectiva designada pelo fiscal nos termos do contrato, que esteja habilitada a representar o fiscal no exercício dos direitos e/ou poderes que nele foram delegados. Consequentemente, sempre que as funções, direitos e/ou poderes do fiscal sejam delegados no representante do fiscal, as referências ao fiscal abrangem o representante do fiscal;

Fornecimentos: todos os elementos que o fornecedor tenha de fornecer à entidade adjudicante incluindo, se necessário, serviços como a instalação, os ensaios, a colocação em serviço, conselhos técnicos, fiscalização, manutenção, reparação, formação e outras obrigações relacionadas com os elementos que devem ser fornecidos nos termos do contrato;

Mapa de medições: documento contendo uma lista discriminada dos fornecimentos a efectuar nos contra-

tos por preço unitário, com indicação da quantidade de cada posição e do respectivo preço unitário;

Mapa de preços: o mapa de preços completo, incluindo o mapa discriminativo dos componentes do preço global apresentado pelo fornecedor juntamente com a proposta, com as alterações que nela tenha sido necessário introduzir, e que faz parte integrante do contrato por preços unitários;

Mapa discriminativo dos componentes de preço global: lista discriminada das tarifas e preços global, mas que não faz parte integrante do contrato;

Preço contratual: a quantia indicada no contrato que representa o valor inicial do preço a pagar pela realização do fornecimento, ou qualquer outra quantia determinada no extracto de conta final como sendo devida ao fornecedor nos termos do contrato;

Peças desenhadas: os desenhos fornecidos pela entidade adjudicante e/ou pelo fiscal e/ou os desenhos apresentados pelo fornecedor e aprovados pelo fiscal para a realização do fornecimento;

Comunicações: os certificados, notas, ordens e instruções emitidos nos termos do contrato;

Peça escrita: qualquer comunicação manuscrita, dactilografada ou impressa, incluindo as transmitidas por telex, telegrama ou telecópia;

Período de garantia: o período indicado no contrato, imediatamente após data da recepção provisória, durante o qual o fornecedor terá de terminar o contrato e reparar defeitos ou deficiências de acordo com as instruções do fiscal;

Certificado de recepção definitiva: certificado(s) emitido(s) pelo fiscal para o fornecedor no final do período de garantia, declarando que este cumpriu as suas obrigações nos termos do contrato;

Dia: um dia de calendário;

Prazos: os períodos estabelecidos no contrato que começam a correr a partir do dia seguinte ao do acto ou ocorrência que serve de ponto de partida para a respectiva contagem. Se o último dia do prazo não calhar num dia útil, o prazo expira no final do primeiro dia útil a seguir ao último dia do prazo;

Ordem administrativa: qualquer instrução ou ordem dada por escrito pelo fiscal ao fornecedor acerca da realização do fornecimento;

Moeda nacional: a moeda do Estado da entidade adjudicante;

Moeda estrangeira: qualquer moeda autorizada que não seja a moeda nacional e que seja indicada no contrato;

Montante provisório: um montante incluído no contrato e designado como tal, para o fornecimento de mercadorias, materiais, instalações ou serviços, ou para fazer face a imprevistos, que pode ser total ou parcialmente utilizado, ou não chegar a sê-lo, em função das instruções do fiscal;

Indemnização contratual: a quantia estabelecida no contrato a título de compensação devida pelo fornecedor à entidade adjudicante no caso de não concluir o contrato ou parte dele dentro dos prazos estabelecidos no contrato, ou devida por qualquer das partes à outra parte por qualquer outra violação do contrato especificamente definida no mesmo;

Indemnização extracontratual: o montante, não previamente determinado no contrato, que é estipulado judicialmente ou por arbitragem, ou acordado entre as partes a título de compensação devida a uma parte lesada por motivo de não cumprimento do contrato pela outra parte;

Condições especiais: as condições especiais estipuladas pela entidade adjudicante como parte do caderno de encargos, com as alterações necessárias, e incluídas no contrato, que consistem em:

- a) Alterações às presentes condições gerais;
 - b) Cláusulas contratuais especiais;
 - c) Especificações técnicas;
 - e
 - d) Qualquer outro ponto especificamente relacionado com o contrato.
- 1.2. Os cabeçalhos e títulos das presentes condições não deverão ser considerados como delas fazendo parte integrante e não serão tomados em consideração na interpretação do contrato.
- 1.3. Sempre que o contexto o permitir, considerar-se-á que as expressões usadas no singular incluem o plural e vice-versa e que as expressões usadas no masculino incluem o feminino e vice-versa.
- 1.4. As expressões referentes a pessoas ou partes abrangem empresas, sociedades e quaisquer outras organizações com capacidade jurídica.

Artigo 2º

Legislação e língua do contrato

- 2.1. A legislação por que se rege o contrato é a legislação do Estado da entidade adjudicante, salvo disposição em contrário nas condições especiais.
- 2.2. Para todas as questões não previstas nas presentes condições gerais, aplica-se a legislação que rege o contrato.

- 2.3. A língua do contrato e de todas as comunicações entre o fornecedor, a entidade adjudicante e o fiscal ou os respectivos representantes será a língua estabelecida nas condições especiais.

Artigo 3º

Ordem de precedência dos documentos do contrato

Salvo disposição em contrário contida no contrato, a ordem de precedência dos documentos do contrato é a estabelecida nas condições especiais.

Artigo 4º

Notas e comunicações por escrito

- 4.1. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, as comunicações entre a entidade adjudicante e/ou o fiscal, por um lado, e o fornecedor, por outro, deverão ser enviadas por correio, telegrama, telex ou telecópia, ou entregues pessoalmente nas moradas apropriadas indicadas por essas partes para esse efeito.
- 4.2. Se o remetente exigir um aviso de recepção, deverá indicar esse facto na comunicação, devendo exigir o dito aviso de recepção sempre que haja um prazo para a recepção da comunicação. De qualquer forma, o remetente deverá tomar todas as medidas necessárias para assegurar a recepção da sua comunicação.
- 4.3. Sempre que no contrato esteja previsto o envio ou a emissão de qualquer notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão por parte de qualquer pessoa, salvo disposição em contrário, tal notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão será emitido por escrito e as expressões «notificar», «certificar», «aprovar» ou «decidir» deverão ser interpretadas em conformidade. A referida autorização, aprovação, certificado ou decisão não poderá ser recusada ou retardada sem motivos.

Artigo 5º

Fiscal e representante do fiscal

- 5.1. Compete ao fiscal executar as obrigações especificadas no contrato. Excepto se expressamente declarado no contrato, o fiscal não tem autoridade para isentar o fornecedor de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 5.2. Ocasionalmente e mantendo embora a responsabilidade última, o fiscal pode delegar no seu representante quaisquer das obrigações e poderes de que se encontra investido, podendo em qualquer altura revogar essa

delegação ou substituir o representante. As referidas delegação, revogação ou substituição deverão ser feitas por escrito e só produzirão efeitos depois de o fornecedor delas ter recebido uma cópia.

5.3. Qualquer comunicação entregue ao fornecedor pelo representante do fiscal nos termos da referida delegação produzirá os mesmos efeitos que produziria se tivesse sido entregue pelo próprio fiscal, desde que:

- a) O facto de o representante do fiscal não ter desaprovado quaisquer fornecimentos não prejudique a autoridade do fiscal para desaprovar esses fornecimentos e dar as instruções necessárias para a correspondente rectificação;
- b) O fiscal possa anular ou alterar o conteúdo da referida comunicação.

5.4. As instruções e/ou ordens do fiscal serão emitidas através de ordens administrativas. As referidas ordens deverão, quando aplicáveis, ser datadas, numeradas e registadas e delas serão emitidas cópias para o representante do fornecedor, que deverão ser entregues pessoalmente, se for caso disso.

Artigo 6º

Cessão

6.1. A cessão apenas será válida se constar de um acordo escrito pelo qual o fornecedor transmite o contrato ou parte dele a um terceiro.

6.2. O fornecedor não pode, sem o prévio consentimento por escrito da entidade adjudicante, transmitir o contrato ou qualquer das suas partes, ou qualquer benefício ou interesse ao abrigo do mesmo, excepto nos seguintes casos;

- a) Crédito, a favor do banco do fornecedor, de quaisquer quantias devidas ou que venham a ser devidas nos termos do contrato;

ou

- b) Transmissão à seguradora do fornecedor do direito do fornecedor a ser indemnizado por qualquer outra pessoa responsável, nos casos em que a seguradora se tenha responsabilizado pelas perdas ou compromissos do fornecedor.

6.3. Para efeitos do nº 2 do presente artigo, a aprovação de uma cessão pela entidade adjudicante não desvinculará o fornecedor das suas obrigações respeitantes à parte do contrato já executada ou à parte não transmitida.

6.4. Se o fornecedor transmitir o contrato sem autorização, a entidade adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar automaticamente as sanções por não cumprimento do contrato previstas nos artigos 43º e 44º

6.5. Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis para a adjudicação do contrato.

Artigo 7º

Subcontratação

7.1. Os subcontratos apenas serão válidos se constarem de um acordo escrito pelo qual o fornecedor confia a um terceiro a execução de parte do contrato.

7.2. O fornecedor não pode subcontratar sem prévia autorização por escrito da entidade adjudicante. Os elementos do contrato a subcontratar e a identidade dos subfornecedores deverão ser comunicados à entidade adjudicante. Sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 4º, a entidade adjudicante informará o fornecedor da sua decisão no prazo de 30 dias após recepção da notificação, especificando os motivos dessa decisão no caso de recusar a autorização.

7.3. Na escolha dos subfornecedores, o fornecedor dará preferência a pessoas singulares, sociedades ou empresas do Estado da entidade adjudicante capazes de executar o fornecimento necessário em condições semelhantes.

7.4. Os subfornecedores devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis para a adjudicação do contrato.

7.5. A entidade adjudicante não terá quaisquer relações contratuais com os subfornecedores.

7.6. O fornecedor será responsável pelos actos, faltas e negligências dos seus subfornecedores e respectivos mandatários ou empregados, como se se tratasse de actos, faltas ou negligências suas, dos seus mandatários ou empregados. A aprovação pela entidade adjudicante da subcontratação de qualquer parte do fornecimento ou do subfornecedor proposto não desvincula o fornecedor de nenhuma das suas obrigações contratuais.

7.7. No caso de um subfornecedor ter contraído perante o fornecedor qualquer obrigação permanente, relativamente aos fornecimentos assegurados pelo subfornecedor, que se estenda para além do período de garantia nos termos do contrato, o fornecedor transferirá imediatamente para a entidade adjudicante, em qualquer altura após o termo do referido período e a pedido e expensas desta, o benefício da referida obrigação durante o tempo que restar até ela expirar igualmente.

7.8. Se o fornecedor celebrar qualquer subcontrato sem autorização, a entidade adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por não cumprimento do contrato previstas nos artigos 43º e 44º

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**Artigo 8º****Entrega de documentos**

- 8.1. No prazo de 30 dias após a constituição da garantia de boa execução a que se refere o artigo 11º, o fiscal entregará ao fornecedor, sem quaisquer encargos, uma cópia das peças desenhadas preparadas para a execução do contrato, bem como duas cópias das especificações e dos restantes documentos contratuais. O fornecedor pode adquirir cópias adicionais das peças desenhadas, das especificações e outros documentos desde que estejam disponíveis. Logo que seja emitido o certificado de recepção definitiva ou após a recepção definitiva o fornecedor devolverá ao fiscal todas as peças desenhadas, especificações e outros documentos contratuais.
- 8.2. Salvo se estritamente necessário para efeitos do contrato, as peças desenhadas, especificações e outros documentos fornecidos pela entidade adjudicante não podem ser utilizados ou dados a conhecer a terceiros pelo fornecedor sem o prévio consentimento do fiscal.
- 8.3. O fiscal tem autoridade para emitir e enviar ao fornecedor ordens administrativas com as peças desenhadas e as instruções suplementares necessárias para a correcta e adequada execução do contrato e para a reparação de eventuais defeitos.

Artigo 9º**Conformidade com os regulamentos locais**

- 9.1. O fornecedor pode requerer a assistência da entidade adjudicante para obter cópias de leis, regulamentação e informações sobre os costumes locais, e diplomas ou legislação subsidiária do país onde devem ser entregues os fornecimentos, que possam afectar o fornecedor na execução das suas obrigações contratuais. A entidade adjudicante pode prestar ao fornecedor a assistência solicitada, a expensas deste último.
- 9.2. O fornecedor apresentará à entidade adjudicante, com a devida antecedência, todos os pormenores dos fornecimentos de que a entidade adjudicante necessitar para obter todas as autorizações e licenças de importação necessárias.
- 9.3. A entidade adjudicante obterá todas as autorizações e licenças de importação necessárias para os fornecimentos ou qualquer parte deles num prazo razoável que tenha em conta o prazo de entrega dos fornecimentos e a conclusão do contrato.
- 9.4. Sem prejuízo do disposto na legislação e regulamentação sobre mão-de-obra estrangeira em vigor no

Estado onde vão ser entregues os fornecimentos, compete à entidade adjudicante desenvolver todos os esforços necessários para facilitar ao fornecedor a obtenção das autorizações e vistos exigidos, incluindo autorizações de residência e licenças de trabalho, para o pessoal cujos serviços o fornecedor e a entidade adjudicante considerem necessários, bem como autorizações de residência para as respectivas famílias.

OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**Artigo 10º****Obrigações gerais**

- 10.1. O fornecedor deve executar o contrato com o devido cuidado e diligência, incluindo, quando especificado, o projecto, o fabrico, a entrega no local, a montagem, os ensaios e a colocação em serviço dos fornecimentos, bem como a realização de todos os outros trabalhos necessários, incluindo a reparação de eventuais defeitos nos fornecimentos. Compete, igualmente, ao fornecedor proporcionar todos os equipamentos, supervisão, mão-de-obra e instalações necessários para a execução do contrato.
- 10.2. O fornecedor deve respeitar as ordens administrativas emanadas do fiscal. Quando o fornecedor considerar que as exigências de uma ordem administrativa ultrapassam a autoridade do fiscal ou o âmbito do contrato deve, sob pena de prescrição, notificar o fiscal no prazo de 30 dias a contar da recepção da referida ordem, expondo os motivos da sua opinião. A notificação do fornecedor não suspende a execução da ordem administrativa.
- 10.3. O fornecedor deverá respeitar e cumprir todas as leis e regulamentos em vigor no Estado da entidade adjudicante, e providenciar para que o seu pessoal, as pessoas a cargo deste e os seus empregados locais também respeitem e cumpram essas leis e regulamentos. O fornecedor deverá indemnizar a entidade adjudicante de quaisquer reclamações e processos decorrentes de qualquer infracção a tais leis e regulamentos cometida por si próprio, pelos seus empregados, ou pelas pessoas a cargo destes últimos.
- 10.4. Se o fornecedor ou qualquer dos seus subfornecedores, mandatários ou empregados propuser dar, concordar em propor ou em dar ou der a qualquer pessoa quaisquer «luvas», prendas, gratificação ou comissão como incentivo para ou recompensa por realizar ou se abster de realizar qualquer acto relacionado com o contrato ou com qualquer outro contrato com a entidade adjudicante, ou por mostrar preferência ou má vontade relativamente a qualquer pessoa relacionada com o contrato ou com qualquer outro contrato com a entidade adjudicante, esta pode, sem prejuízo

de quaisquer direitos adquiridos pelo fornecedor nos termos do contrato rescindi-lo, aplicando-se nesse caso o disposto nos artigos 43º e 44º

10.5. O fornecedor considerará privados e confidenciais todos os documentos e informações recebidos em relação com o contrato e, excepto na medida em que tal seja necessário para a execução do contrato, não publicará nem dará a conhecer quaisquer pormenores do mesmo sem o prévio consentimento por escrito da entidade adjudicante ou do fiscal após consulta à entidade adjudicante. Caso surja qualquer divergência quanto à necessidade de publicar ou dar a conhecer quaisquer elementos para efeitos do contrato, a decisão final caberá à entidade adjudicante.

10.6. Se o fornecedor for uma *joint venture* ou um consórcio de duas ou mais pessoas, as referidas pessoas serão individual e solidariamente responsáveis pelo cumprimento dos termos do contrato de acordo com a legislação do Estado da entidade adjudicante e designarão, a pedido da entidade adjudicante, uma delas para agir como chefe de fila, com autoridade para vincular a *joint venture* ou o consórcio. A composição ou constituição da *joint venture* ou do consórcio não pode ser alterada sem o prévio consentimento da entidade adjudicante.

Artigo 11º

Garantia de boa execução

11.1. No prazo de 30 dias a contar da recepção da notificação da adjudicação do contrato, o fornecedor prestará à entidade adjudicante uma garantia pela completa e devida execução do contrato. O montante da garantia será estipulado nas condições especiais e não deverá exceder 10% do preço contratual incluindo quaisquer montantes estipulados em averbamentos ao contrato, excepto quando as condições especiais determinem de outro modo, não podendo, todavia, em caso algum, exceder 20% desse preço.

11.2. A garantia de boa execução será retida como garantia de pagamento à entidade adjudicante de quaisquer prejuízos resultantes do não cumprimento integral e correcto por parte do fornecedor das suas obrigações contratuais.

11.3. A garantia de boa execução será constituída nos termos estipulados nas condições especiais e poderá ser prestada sob a forma de garantia bancária, saque bancário, cheque visado, título emitido por uma seguradora e/ou por uma sociedade de prestação de cauções, carta de crédito irrevogável ou depósito em numerário efectuado junto da entidade adjudicante. Se a garantia de boa execução for constituída sob a forma de garantia bancária, saque bancário, cheque visado ou título, deve ser emitida por um banco ou por

uma sociedade de prestação de cauções e/ou seguradora aprovados pela entidade adjudicante em conformidade com os critérios de elegibilidade aplicáveis para a adjudicação do contrato.

11.4. Salvo indicação em contrário nas condições especiais, a garantia de boa execução será denominada nos tipos e proporções das moedas em que tenha de ser pago o contrato.

11.5. Não poderão ser efectuados quaisquer pagamentos a favor do fornecedor antes da prestação da garantia. Esta deverá manter-se válida até o contrato ter sido integral e devidamente executado.

11.6. Se, durante a execução do contrato, a pessoa singular ou colectiva que se comprometeu como garante não puder honrar os seus compromissos, a garantia deixará de ser válida. A entidade adjudicante notificará formalmente o fornecedor de que deverá prestar nova garantia nos termos da anterior. Caso o fornecedor não preste nova garantia, a entidade adjudicante poderá rescindir o contrato.

11.7. A entidade adjudicante exigirá o pagamento ao abrigo da garantia de todas as quantias pelas quais o garante será responsável pelo facto de o fornecedor ter faltado ao disposto no contrato, de acordo com os termos de garantia e até ao seu valor. O garante pagará imediatamente as referidas quantias a pedido da entidade adjudicante, não podendo levantar objecções seja por que motivo for. Antes de apresentar qualquer reclamação ao abrigo da garantia de boa execução, a entidade adjudicante deve notificar o fornecedor, expondo a natureza da falta a respeito da qual vai ser apresentada a reclamação.

11.8. Excepto para a parte eventualmente especificada nas condições especiais em relação ao serviço pós-venda, a garantia de boa execução será libertada no prazo de 30 dias após a emissão do extracto de conta final referido no artigo 33º

Artigo 12º

Seguro

12.1. Sem prejuízo do artigo 37º, as condições especiais poderão exigir que o transporte dos fornecimentos seja coberto por uma apólice de seguro cujos termos poderão ser nelas estipulados. As condições especiais poderão ainda estipular outros tipos de seguros a suportar pelo fornecedor.

12.2. Sem prejuízo das obrigações do fornecedor em matéria de seguros estipuladas no nº 1, o fornecedor será o único responsável e deverá indemnizar a entidade adjudicante e o fiscal por quaisquer reclamações de

terceiros por prejuízos materiais ou danos pessoais resultantes da execução do contrato pelo fornecedor, ou pelos seus subfornecedores e empregados.

Artigo 13º

Programa de execução

- 13.1. Caso as condições especiais o requeiram, o fornecedor apresentará ao fiscal para aprovação um programa de execução do contrato. Desse programa farão parte:
- a) A ordem por que o fornecedor se propõe executar o contrato, incluindo o projecto, o fabrico, a entrega no local de recepção, a instalação, os ensaios e a colocação em serviço;
 - b) Os prazos em que são exigidas a apresentação e a aprovação das peças desenhadas;
 - c) Uma descrição geral dos métodos que o fornecedor se propõe adoptar para a execução do contrato;
 - e
 - d) Todos os pormenores e informações suplementares que o fiscal possa justificadamente exigir.
- 13.2. A aprovação do programa pelo fiscal não liberta o fornecedor de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 13.3. Não poderá ser introduzida no programa qualquer alteração importante sem a aprovação do fiscal. Se, todavia, o andamento da execução do contrato não respeitar o programa, o fiscal pode dar instruções ao fornecedor para proceder à sua revisão e apresentar-lhe o novo programa para aprovação.

Artigo 14º

Mapa discriminativo dos preços

- 14.1. Quando aplicável, e dentro de um prazo não superior a 20 dias a contar do pedido fundamentado do fiscal, o fornecedor apresentará um mapa discriminativo dos seus preços e tarifas, sempre que tal mapa seja necessário para qualquer efeito decorrente do contrato.
- 14.2. Após a notificação da adjudicação do contrato e quando aplicável, o fornecedor entregará ao fiscal, exclusivamente para sua informação, e dentro dos prazos estabelecidos nas condições especiais, uma estimativa discriminada do fluxo de fundos por trimestre para todos os pagamentos que lhe sejam devidos nos termos do contrato. Se o fiscal assim lho exigir, o fornecedor apresentará posteriormente estimativas trimestrais revistas dos referidos fluxos de

fundos. Esta comunicação não imporá qualquer tipo de responsabilidade à entidade adjudicante ou ao fiscal.

Artigo 15º

Peças desenhadas do fornecedor

- 15.1. Se tal for estipulado nas condições especiais, o fornecedor apresentará ao fiscal para aprovação:
- a) As peças desenhadas, documentos, amostras e/ou modelos que estejam especificados no contrato, dentro dos prazos nele estabelecidos ou indicados no programa de execução;
 - b) As peças desenhadas que sejam justificadamente exigidas pelo fiscal para a execução do contrato.
- 15.2. Se o fiscal não comunicar a sua aprovação referida nº 1 do presente artigo dentro dos prazos estabelecidos no contrato ou no programa de execução aprovado, as peças desenhadas, os documentos, amostras ou modelos acima referidos serão considerados aprovados no final do prazo indicado. Se não for indicado qualquer prazo, serão considerados aprovados passados 30 dias após a sua recepção.
- 15.3. As peças desenhadas, documentos, amostras e modelos aprovados serão assinados ou identificados de qualquer outro modo pelo fiscal e terão de ser respeitados, salvo instruções em contrário dadas pelo fiscal. Quaisquer peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos do fornecedor que não obtenham a aprovação do fiscal serão imediatamente alterados de modo a satisfazer as exigências do fiscal, a quem voltarão a ser apresentados pelo fornecedor para aprovação.
- 15.4. O fornecedor entregará cópias adicionais dos desenhos aprovados, na forma e quantidades estipuladas no contrato ou em ordens administrativas posteriores.
- 15.5. A aprovação das peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos não isentará o fornecedor de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 15.6. O fiscal terá o direito de, oportunamente e sempre que entender, inspeccionar todos os desenhos, documentos, amostras ou modelos contratuais nas instalações do fornecedor.
- 15.7. Antes da recepção provisória dos fornecimentos, o fornecedor deverá entregar manuais de instruções de serviço e manutenção acompanhados de desenhos e suficientemente pormenorizados para permitirem à entidade adjudicante a utilização, manutenção, afinação e reparação de todas as partes dos fornecimentos. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, os manuais e peças desenhados serão elaborados na língua do contrato e da maneira e nas

quantidades nele estabelecidas. Os fornecimentos não serão considerados concluídos para efeitos de recepção provisória enquanto as referidas instruções e peças desenhadas não tiverem sido entregues à entidade adjudicante.

Artigo 16º

Garantia dos preços da proposta

16.1. Sem prejuízo de quaisquer disposições adicionais que possam constar das condições especiais, considera-se que o fornecedor, antes de apresentar a proposta, se certificou da sua correcção e suficiência, tendo em conta tudo quanto era necessário para a integral e correcta execução do contrato, e que incluiu nas suas tarifas e preços todos os custos relacionados com os fornecimentos, em particular:

- a) Os custos de transporte;
- b) Os custos de movimentação, embalagem, carga / descarga, trânsito, entrega, desembalagem, verificação, seguros e quaisquer outras despesas de carácter administrativo relacionados com o fornecimento. Os materiais de embalagem serão propriedade da entidade adjudicante, salvo disposição em contrário nas condições especiais;
- c) O custo dos documentos relacionados com os fornecimentos, quando tais documentos sejam exigidos pela entidade adjudicante;
- d) A execução e fiscalização da montagem no local e/ou do arranque dos fornecimentos entregues;
- e) O fornecimento das ferramentas necessárias para a montagem e/ou manutenção dos fornecimentos entregues;
- f) O fornecimento de um manual de instruções de serviço e manutenção pormenorizado para cada unidade dos fornecimentos entregues;
- g) Fiscalização ou manutenção e/ou reparação dos fornecimentos durante o tempo estipulado no contrato, entendendo-se que esse serviço não libertará o fornecedor de quaisquer obrigações decorrentes da garantia nos termos do contrato;
- e
- h) Formação do pessoal da entidade adjudicante nas instalações do fornecedor e/ou noutro local especificado no contrato.

16.2. Uma vez que se pressupõe que o fornecedor determinou os preços com base nos seus próprios cálculos, operações e estimativas, é sua obrigação executar

sem despesas suplementares qualquer trabalho que seja objecto de uma rubrica da sua proposta para a qual não tenha sido apresentado preço unitário, nem uma quantia fixa.

Artigo 17º

Patentes e licenças

Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, o fornecedor indemnizará a entidade adjudicante e o fiscal por qualquer prejuízo resultante do uso, conforme especificado no contrato, de patentes, licenças, peças desenhadas, projectos, modelos ou marcas de fábrica ou comerciais, excepto quando a referida infracção resultar da observância do projecto ou das especificações fornecidas pela entidade adjudicante e/ou pelo fiscal.

INÍCIO E ATRASOS

Artigo 18º

Ordem de início

- 18.1. A entidade adjudicante fixará a data de início da execução do contrato e avisará o fornecedor, quer na notificação de adjudicação do contrato quer por meio de uma ordem administrativa emitida pelo fiscal.
- 18.2. A não ser que as partes decidam de outro modo, a data de início dos trabalhos situar-se-á no período de 180 dias a seguir à notificação da adjudicação do contrato.

Artigo 19º

Prazo de execução

- 19.1. O período de execução iniciar-se-á na data fixada de acordo com o nº 1 do artigo 18º e será o estabelecido no contrato, sem prejuízo de eventuais prorrogações que possam ser concedidas nos termos do artigo 20º.
- 19.2. Quando for estipulado um prazo de execução separado para o fornecimento de lotes separados e forem adjudicados vários lotes e um mesmo fornecedor, os prazos estabelecidos não poderão ser adicionados.

Artigo 20º

Prorrogação do prazo de execução

- 20.1. O fornecedor pode pedir a prorrogação do prazo de execução caso esteja ou possa vir a estar atrasado na execução do contrato por qualquer dos seguintes motivos:

- a) Encomenda pela entidade adjudicante de mercadorias extraordinárias ou suplementares;
 - b) Condições climatéricas excepcionais no Estado da entidade adjudicante que possam afectar a instalação ou montagem dos fornecimentos;
 - c) Obstáculos físicos ou condições que possam afectar a entrega dos fornecimentos e que não poderiam ter sido logicamente previstos por um fornecedor competente;
 - d) Ordens administrativas que afectem a data de conclusão e que não decorram de qualquer falta do fornecedor;
 - e) Não cumprimento pela entidade adjudicante das suas obrigações contratuais;
 - f) Qualquer suspensão da entrega e/ou da montagem dos fornecimentos que não seja devida a falta do fornecedor;
 - g) Força maior;
 - h) Quaisquer outras causas de atraso referidas nas presentes condições gerais que não decorram de qualquer falta do fornecedor.
- 20.2. No prazo de 15 dias após ter tido conhecimento de que pode verificar-se um atraso o fornecedor notificará o fiscal da sua intenção de apresentar um pedido de prorrogação do prazo de execução a que se considerar com direito e logo que, dadas as circunstâncias, seja oportuno entregará ao fiscal elementos completos e pormenorizados sobre o referido pedido a fim de que o mesmo possa ser analisado nessa ocasião.
- 20.3. Após as devidas consultas à entidade adjudicante e, se for caso disso, ao fornecedor, o fiscal concederá a este último, por escrito, a prorrogação do prazo de execução que se justificar, com efeitos futuros ou retroactivos, ou, se assim o entender, informará o fornecedor de que não tem direito a qualquer prorrogação.

Artigo 21º

Atrasos na execução

- 21.1. Se o fornecedor não entregar total ou parcialmente as mercadorias ou não executar os serviços dentro do(s) prazo(s) estabelecido(s) no contrato, a entidade adjudicante terá direito, sem notificação formal e sem prejuízo de outras reparações estipuladas no contrato, a uma indemnização por cada dia ou parte do dia que decorra entre o termo do prazo estabelecido para a execução, ou o termo da prorrogação nos termos do artigo 20º e a data efectiva da conclusão, à taxa fixada nas condições especiais e até ao montante máximo nelas estabelecido.

- 21.2. Se a entidade adjudicante tiver direito a exigir a indemnização máxima nos termos do nº 1 do presente artigo pode, depois de notificar o fornecedor:

- a) Exigir a garantia de boa execução;
e/ou
- b) Rescindir o contrato;
- c) Efectuar um contrato com um terceiro, por conta do fornecedor, para proceder à entrega do resto dos fornecimentos em falta.

Artigo 22º

Alterações

- 22.1. O fiscal terá poderes para ordenar as alterações de qualquer parte dos fornecimentos necessárias à correcta conclusão e/ou à concretização dos mesmos. As referidas alterações podem incluir alargamentos, supressões, substituições, e mudanças de qualidade, quantidade, forma, carácter ou tipo, assim como peças desenhadas, projectos ou especificações no caso de os fornecimentos serem fabricados especificamente para a entidade adjudicante, alterações dos métodos de embarque ou de embalagem, do local de entrega, e da sequência, método e calendário de execução dos fornecimentos. As ordens relativas a alterações não poderão invalidar o contrato, devendo, no entanto, levar as suas consequências, se as houver, a serem avaliadas de acordo com os nºs 5 e 7 do presente artigo.
- 22.2. As alterações deverão sempre ser feitas através de uma ordem administrativa, tendo em conta que:
- a) Se, por qualquer razão, o fiscal tiver necessidade de dar uma ordem oralmente, deverá confirmá-la, posteriormente, através de uma ordem administrativa, o mais rapidamente possível;
 - b) Se o fornecedor confirmar por escrito uma ordem oral dada ao abrigo da alínea a) e essa confirmação não for imediatamente refutada por escrito pelo fiscal, considera-se essa ordem emitida por ordem administrativa;
 - c) Não será necessária uma ordem administrativa de alteração para aumentar ou diminuir a quantidade de trabalho, se esse aumento ou diminuição resultar do facto de a quantidade de trabalho ser superior ou inferior à indicada no mapa de medições ou no mapa de preços.
- 22.3. Sem prejuízo do disposto no nº 2 do presente artigo, antes de dar qualquer ordem administrativa de alteração o fiscal notificará o fornecedor da natureza e forma da referida alteração. Logo que possível, após a recepção da notificação, o fornecedor apresentará ao fiscal uma proposta que incluíra:

- a) Uma descrição das tarefas a realizar, se as houver, ou as medidas a tomar e um plano para a sua execução;
- b) Quaisquer alterações necessárias do programa de execução ou de qualquer das obrigações do fornecedor nos termos do contrato;
- e
- c) Qualquer ajustamento do preço contratual, de acordo com o disposto no presente artigo.

22.4. Após a recepção da proposta do fornecedor, referida no nº 3 do artigo 22º, e depois de efectuar as devidas consultas à entidade adjudicante e, se for caso disso, ao fornecedor, o fiscal decidirá com a maior benvindade possível se a alteração deve ou não ser executada. Se o fiscal decidir que a alteração deve ser executada, emitirá uma ordem administrativa determinando que a alteração seja executada pelos preços e nas condições estabelecidos na proposta do fornecedor referida no nº 3 do presente artigo, com as alterações eventualmente nela introduzidas pelo fiscal de acordo com o nº 5 do presente artigo.

22.5. Os preços relativos às alterações ordenadas pelo fiscal em conformidade com os nºs 2 e 4 do presente artigo, serão por ele apurados de acordo com os seguintes princípios:

- a) Se a tarefa a realizar for do mesmo tipo e executada nas mesmas condições que um elemento cotado no mapa de medições ou no mapa de preços, será avaliada com base nas tarifas e preços constantes destes mapas;
- b) Se a tarefa não for do mesmo tipo ou se não for executada nas mesmas condições, as tarifas e preços estipulados no contrato, quando razoáveis, serão utilizados como base de avaliação; caso contrário, o fiscal procederá a uma avaliação justa;
- c) Se a natureza ou o preço da alteração, em comparação com a natureza ou o preço da totalidade ou parte do contrato, forem tais que, devido a essa alteração, o fiscal deixe de considerar razoáveis as tarifas e preços de qualquer parte do trabalho estipulados no contrato, fixará as tarifas e preços que, de acordo com as circunstâncias, considerar razoáveis e adequados;
- d) Quando houver necessidade de proceder a uma alteração devido a qualquer falta ou não cumprimento do contrato por parte do fornecedor, qualquer custo adicional imputável à referida alteração será por este suportado.

22.6. Após a recepção da ordem administrativa em que é pedida a alteração, o fornecedor executá-la-á e, ao fazê-lo, ficará sujeito às presentes condições gerais, como se a referida alteração constasse do contrato. Os

fornecimentos não deverão ficar pendentes até à concessão de qualquer prorrogação do prazo de execução ou ajustamento do preço contratual. Sempre que a ordem de alteração preceda o ajustamento do preço contratual, o fornecedor deverá manter registos dos custos da alteração e do tempo nela dispendios. Os referidos registos deverão poder ser oportunamente consultados pelo fiscal.

22.7. Quando, após a recepção provisória, qualquer aumento ou redução do valor total das prestações a efectuar nos termos do contrato, resultante de uma ordem administrativa ou de qualquer outra circunstância não causada por falta imputável ao fornecedor, exceder 15 % do preço contratual, o fiscal, depois de consultar a entidade adjudicante e o fornecedor, determinará quaisquer suplementos ou reduções do preço contratual nos termos do nº 5 do presente artigo. O montante assim determinado basear-se-á na quantia em que o aumento ou redução do valor dos fornecimentos exceder os 15 %, e será notificado pelo fiscal à entidade adjudicante e ao fornecedor, procedendo-se ao correspondente ajustamento do preço contratual.

Artigo 23º

Suspensão

23.1. O fiscal pode, mediante uma ordem administrativa, ordenar em qualquer momento ao fornecedor que suspenda:

- a) O processo de fabrico dos fornecimentos;
ou
- b) A entrega de fornecimentos no local de recepção na data de entrega especificada no programa de execução ou, se não estiver especificada qualquer data, no momento adequado para a entrega;
ou
- c) A instalação dos fornecimentos que tenham sido entregues no local de recepção.

23.2. Durante a suspensão, o fornecedor protegerá e salvará os fornecimentos que se encontrem no seu armazém ou noutros locais contra qualquer deterioração, perda ou dano, na medida do possível e segundo as instruções do fiscal, mesmo no caso dos fornecimentos terem sido entregues no local de recepção de acordo com o contrato e de a sua instalação ter sido suspensa pelo fiscal.

23.3. As despesas suplementares decorrentes dessas medidas de protecção serão adicionadas ao preço contratual. O fornecedor não terá direito ao pagamento de quaisquer despesas suplementares se a suspensão:

- a) Estiver prevista no contrato;
ou
- b) For necessária devido a condições climáticas normais no local de recepção;

ou

- c) For necessária devido a qualquer falta por parte do fornecedor;

ou

- d) For necessária para a segurança ou a correcta execução do contrato ou de qualquer parte do mesmo, na medida em que tal necessidade não se deva a qualquer acto ou falta do fiscal ou da entidade adjudicante.

- 23.4. O fornecedor apenas terá direito a esses suplementos ao preço contratual se notificar o fiscal, nos 30 dias seguintes à recepção da ordem de suspensão dos trabalhos ou da entrega, da sua intenção de os reclamar.

- 23.5. Após consulta à entidade adjudicante e ao fornecedor, o fiscal determinará o pagamento adicional e/ou a prorrogação do prazo de execução a conceder ao fornecedor relativamente à pretensão que, no entender do fiscal, sejam justos e razoáveis.

- 23.6. Se o período de suspensão exceder 180 dias e a suspensão não for devida a uma falta do fornecedor, este pode, mediante aviso ao fiscal, pedir autorização para prosseguir os fornecimentos dentro de 30 dias, ou rescindir o contrato.

MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA

Artigo 24.º

Qualidade dos fornecimentos

- 24.1. Os fornecimentos devem satisfazer em todos os aspectos as especificações técnicas estabelecidas nas condições especiais e devem respeitar em todos os aspectos as peças desenhadas, levantamentos topográficos, modelos, amostras, padrões e outros requisitos do contrato, que serão mantidos à disposição da entidade adjudicante ou do fiscal para efeitos de identificação durante todo o período de execução.

- 24.2. Toda e qualquer recepção técnica preliminar estipulada nas condições especiais será objecto de um pedido do fornecedor ao fiscal. Este pedido deverá conter a especificação dos materiais, artigos e amostras submetidos a aprovação nos termos do contrato, o número do lote e o local onde terá lugar tal recepção, conforme for adequado. O fiscal deverá atestar que os materiais, elementos e amostras especificados no pedido correspondem às exigências dessa recepção antes da sua incorporação nos fornecimentos.

- 24.3. Mesmo que os materiais ou artigos a incorporar nos fornecimentos ou no fabrico de componentes a fornecer tenham sido recepcionados deste modo, poderão

ainda ser rejeitados e deverão ser substituídos imediatamente pelo fornecedor caso uma análise mais aprofundada revele defeitos ou deficiências. Pode ser dada ao fornecedor a oportunidade de reparar e recuperar materiais e artigos que tenham sido rejeitados, mas os referidos materiais e artigos apenas serão aceites para incorporação nos fornecimentos se tiverem sido reparados e recuperados a contento do fiscal.

Artigo 25.º

Inspecção e ensaios

- 25.1. O fornecedor deverá garantir que os fornecimentos sejam entregues no local de recepção a tempo de permitir ao fiscal proceder à sua recepção. Considera-se que o fornecedor avaliou devidamente as dificuldades que poderia vir a encontrar a este respeito, e não lhe será permitido invocar quaisquer motivos para justificar eventuais demoras no cumprimento das suas obrigações.

- 25.2. O fiscal poderá ocasionalmente inspecionar, examinar, medir e ensaiar os materiais, os componentes e a mão-de-obra, e controlar o avanço da preparação ou fabricação de tudo o que estiver a ser preparado ou fabricado para entrega ao abrigo do contrato, de modo a verificar se os materiais, os componentes e a mão-de-obra correspondem à qualidade e quantidade requeridas. Este direito será exercido no local de fabrico ou preparação, no local de recepção ou em quaisquer outros locais especificados no contrato.

- 25.3. Para efeitos dos referidos ensaios e inspecções, o fornecedor:

- Porá à disposição do fiscal, temporária e gratuitamente, a assistência, as amostras para ensaio, as peças, as máquinas, o equipamento, as ferramentas, a mão-de-obra, os materiais, as peças desenhadas e os dados de produção necessários para a realização de inspecções e ensaios;
- Chegará a acordo com o fiscal quanto à data e ao local dos ensaios;
- Permitirá o acesso do fiscal, sempre que tal seja razoável, ao local onde forem efectuados os ensaios.

- 25.4. Se o fiscal não estiver presente na data acordada para os ensaios, o fornecedor pode, salvo ordem em contrário recebida do fiscal, proceder aos ensaios, que se considerarão realizados na presença do fiscal. O

fornecedor enviará imediatamente ao fiscal cópias devidamente autenticadas dos resultados dos ensaios, os quais obrigarão este último, caso não tenha assistido aos ensaios.

25.5. Depois de os componentes e materiais terem passado os ensaios a que se refere o presente artigo, o fiscal notificará o fornecedor ou aprovará o certificado preparado pelo fornecedor para esse efeito.

25.6. Em caso de discordância entre o fiscal e o fornecedor no que se refere à interpretação dos resultados dos ensaios, cada um deles entregará ao outro uma declaração com a sua opinião no prazo de 15 dias a contar do aparecimento do diferendo. O fiscal ou o fornecedor podem pedir a repetição dos ensaios nos mesmos termos e condições ou, se qualquer das partes assim o desejar, a sua realização por um perito a escolher de comum acordo. Todos os relatórios de ensaios serão apresentados ao fiscal, que comunicará imediatamente ao fornecedor os resultados desses ensaios. Os resultados dos novos ensaios serão conclusivos. O custo da repetição dos ensaios será suportado pela parte cuja opinião se revelar errada na sequência dos novos ensaios efectuados nos termos do presente número.

25.7. No exercício das suas funções, o fiscal e as pessoas por ele autorizadas só revelarão as informações que obtiverem no âmbito das suas inspecções e ensaios dos métodos de fabrico e funcionamento da empresa às pessoas que tiverem o direito de possuir essas informações.

Artigo 26º

Propriedade dos fornecimentos

26.1. As condições especiais podem prever que, para efeitos de assegurar o pagamento nos termos do artigo 32º relativamente a qualquer parte dos fornecimentos, antes da entrega no local de recepção, o fornecedor:

- a) Transfira a propriedade dessa parte dos fornecimentos para a entidade adjudicante;
- b) Faça com que essa parte dos fornecimentos fique sujeita a um direito de retenção a favor da entidade adjudicante;
- ou
- c) Faça com que essa parte dos fornecimentos fique sujeita a qualquer outro acordo que preveja um interesse prioritário ou uma garantia.

26.2. Em caso de rescisão do contrato antes da sua conclusão, o fornecedor entregará à entidade adjudicante quaisquer partes dos fornecimentos cuja propriedade tenha sido transferida para a entidade adjudicante ou que estejam sujeitas a um direito de retenção nos termos do nº 1 do presente artigo. Caso não o faça, a entidade adjudicante pode tomar as medidas que considere apropriadas para obter a posse dos referidos fornecimentos e reaver do fornecedor os montantes que tenha tido de dispendar para o efeito.

PAGAMENTO DOS CONTRATOS

Artigo 27º

Disposições gerais

27.1. Os pagamentos serão efectuados na moeda nacional, salvo se o contrato de empreitada contiver qualquer disposição em contrário.

27.2. As condições administrativas e técnicas a que deverão subordinar-se os pagamentos de adiantamentos, os pagamentos por contra e/ou os pagamentos finais feitos em conformidade com os artigos 28º e 36º serão as estipuladas nas condições especiais.

Artigo 28º

Contratos por preços provisórios

28.1. Em casos excepcionais em que seja impossível determinar previamente todos os preços, pode ser adjudicado um contrato por preços provisórios mediante consulta e acordo entre a entidade adjudicante e o fornecedor. O montante do contrato será inicialmente determinado com base em preços provisórios e, depois de se conhecerem as condições de execução do contrato, será calculado pelo processo especificado nas condições especiais.

28.2. O fornecedor prestará todas as informações que a entidade adjudicante ou o fiscal possam razoavelmente pedir em relação a qualquer questão relacionada com o contrato a fim de procederem ao cálculo. Quando não for possível chegar a acordo sobre o valor dos fornecimentos, os montantes a pagar serão determinados pelo fiscal.

Artigo 29º

Adiantamentos

29.1. Salvo disposição em contrário incluída nas condições especiais, serão concedidos adiantamentos ao fornecedor, a seu pedido, para operações relacionadas com a realização dos fornecimentos, sob a forma de um adiantamento global.

29.2. Sob reserva do disposto nas condições especiais, o montante dos adiantamentos não poderá exceder 60 % do preço contratual.

29.3. Não será concedido qualquer adiantamento antes de:

- a) O contrato ter sido celebrado;
- b) O fornecedor ter prestado à entidade adjudicante a garantia de boa execução a que se refere o artigo 11º;
- e
- c) O fornecedor ter constituído a favor da entidade adjudicante, junto das instituições referidas no nº 3 do artigo 11º, uma garantia bancária dis-

tinta imediatamente exigível, pelo montante total do adiantamento, a qual será válida e permanecerá em vigor durante pelo menos 60 dias após a recepção provisória dos fornecimentos.

- 29.4. O fornecedor utilizará o adiantamento exclusivamente em operações relacionadas com a realização dos fornecimentos. Caso o fornecedor desvie qualquer parte do adiantamento, deverá proceder imediatamente ao seu reembolso, perdendo o direito a novos adiantamentos.
- 29.5. No caso de a garantia para cobertura do adiantamento deixar de ser válida e de o fornecedor não conseguir revalidá-la, a entidade adjudicante poderá deduzir dos futuros pagamentos devidos ao fornecedor nos termos do contrato uma quantia igual ao adiantamento ou aplicar o disposto no nº 6 do artigo 11º.
- 29.6. Se por qualquer motivo o contrato for rescindido, as garantias prestadas para cobrir os adiantamentos poderão ser imediatamente exigidas a fim de reembolsar o saldo dos adiantamentos ainda devidos pelo fornecedor, não podendo o garante atrasar o pagamento nem levantar objecções seja por que motivo for.
- 29.7. A garantia a prestar por adiantamentos prevista no presente artigo não será libertada antes da recepção provisória dos fornecimentos, mas sê-lo-á nos 60 dias seguintes.
- 29.8. Quaisquer outras condições e procedimentos para a concessão e reembolso de adiantamentos serão estabelecidos nas condições especiais.

Artigo 30º

Montantes retidos

- 30.1. A quantia a reter dos pagamentos por conta a título de garantia para cobrir as obrigações do fornecedor no período de garantia e as regras pormenorizadas que regem essa garantia serão as estipuladas nas condições especiais, desde que a referida quantia não exceda, em caso algum, 10 % do preço contratual.
- 30.2. Mediante a aprovação da entidade adjudicante, o fornecedor pode, se o desejar e o mais tardar na data da recepção provisória dos fornecimentos, substituir as quantias a reter por uma garantia de retenção emitida nos termos do nº 3 do artigo 11º.
- 30.3. A quantia retida ou a garantia de retenção serão libertadas dentro de 90 dias a contar da data da recepção definitiva dos fornecimentos.

Artigo 31º

Revisão de preços

- 31.1. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais e excepto nos casos previstos no nº 4 do presente artigo, o contrato será por preço fixo, não susceptível de revisão.
- 31.2. Sempre que o contrato preveja a revisão dos preços, essa revisão terá em conta as variações de preço dos elementos significativos de origem local ou externa que serviram de base para o cálculo do preço da proposta, tais como mão-de-obra, serviços, materiais e fornecimentos, bem como os encargos impostos por via legislativa ou regulamentar. As regras aplicáveis à revisão serão estipuladas nas condições especiais.
- 31.3. Considerar-se-á que os preços indicados na proposta do fornecedor foram determinados:
- a) Com base nas condições em vigor 30 dias antes da data limite fixada para a recepção das propostas ou, no caso de contratos por ajuste directo, na data do contrato;
 - b) Tomando em consideração a legislação e as disposições fiscais aplicáveis na data de referência indicada na alínea a) do presente número.
- 31.4. Caso, após a data referida no nº 3 do presente artigo, se verifique qualquer alteração ou a introdução de novas leis, despachos, decretos ou outra legislação nacional ou regional, ou de quaisquer regulamentos ou posturas emanadas de uma autoridade local ou de qualquer outra autoridade pública, que dêem origem a uma mudança na relação contratual entre as partes contratantes, a entidade adjudicante e o fornecedor consultar-se-ão sobre a melhor forma de resolver a questão nos termos do contrato e, como resultado dessa consulta, poderão decidir:
- a) Alterar o contrato;
 - ou
 - b) O pagamento de uma compensação por uma das partes à outra para anular o desequilíbrio resultante;
 - ou
 - c) Rescindir o contrato de comum acordo.
- 31.5. Caso se verifique qualquer atraso na execução do contrato, que seja imputável ao fornecedor, ou no termo do prazo de execução do contrato, eventualmente revisto nos termos do mesmo, deixará de haver lugar a revisão de preços num prazo de 30 dias antes da recepção provisória, excepto no que se refere à aplicação dos novos índices de preços se os mesmos forem favoráveis à entidade adjudicante.

Artigo 32º

Pagamentos por conta

32.1. Salvo disposição em contrário nas condições especiais, o fornecedor apresentará ao fiscal um pedido de pagamento por conta no termo de cada período, referido no nº 7 do presente artigo, segundo uma forma aprovada por este último. O pedido incluirá os seguintes elementos, consoante forem aplicáveis:

- a) O valor contratual estimado dos fornecimentos entregues até ao final do período em questão;
- b) Um montante correspondente a eventuais revisões de preços nos termos do artigo 31º;
- c) Um montante a reter como retenção de pagamentos por força do artigo 30º;
- d) Qualquer crédito e/ou débito relativo ao período em questão respeitante a fornecimentos previstos nos termos do contrato mas ainda não instalados ou colocados em serviço, de acordo com os montantes e condições estabelecidos no nº 2 do presente artigo;
- e) Qualquer outro montante a que o fornecedor tenha direito nos termos do contrato.

32.2. O fornecedor terá direito aos montantes que o fiscal considerar adequados respeitantes a fornecimento entregues nos termos do contrato, mas ainda não instalados ou colocados em serviço, desde que:

- a) Esses fornecimentos respeitem as especificações do contrato e estejam agrupados em lotes de forma a poderem ser reconhecidos pelo fiscal;
- b) Tais fornecimentos tenham sido entregues no local de recepção e estejam correctamente armazenados e protegidos contra perdas, danos ou deterioração, de modo a satisfazer as exigências do fiscal;
- c) Os registos mantidos pelo fornecedor no que se refere a exigências, encomendas, recepções e utilização de mercadorias e materiais nos termos do contrato se apresentem sob uma forma aprovada pelo fiscal e estejam disponíveis para serem por ele inspeccionados;
- d) O fornecedor apresente com o extracto de conta uma estimativa do valor dos fornecimentos colocados no local de recepção, juntamente com os documentos que o fiscal possa exigir para efeitos de avaliação dos fornecimentos e de prova de propriedade e pagamento dos mesmos;
- e) Sempre que as condições especiais assim o determinem, a propriedade dos fornecimentos referidos no artigo 26º seja considerada como tendo sido conferida à entidade adjudicante.

32.3. A aprovação pelo fiscal, para efeitos deste artigo, de qualquer pagamento por conta por ele certificado relativo a mercadorias e materiais nos termos do presente artigo não prejudicará o exercício do poder do fiscal, nos termos do contrato, para rejeitar quaisquer mercadorias e materiais que não estejam em conformidade com o disposto no contrato. Sempre que as condições especiais assim o determinem, após tal rejeição a propriedade das mercadorias e materiais rejeitados será imediatamente retransferida para o fornecedor.

32.4. O fornecedor será responsável por quaisquer perdas ou danos e pelo custo de armazenagem, movimentação e transporte das referidas mercadorias e materiais e efectuará qualquer seguro suplementar que seja necessário para cobrir o risco de tais perdas ou danos, qualquer que seja a sua causa.

32.5. No prazo de 30 dias a contar da sua recepção, o referido pedido de pagamento por conta será aprovado ou alterado de forma a que, na opinião do fiscal, corresponda ao montante devido ao fornecedor nos termos do contrato. Em caso de divergência de opiniões quanto ao valor de um elemento, prevalecerá o parecer do fiscal. Após ter determinado o montante devido ao fornecedor, o fiscal entregará à entidade adjudicante e ao fornecedor uma nota de pagamento por conta pelo montante devido a este último, e comunicará ao fornecedor a que fornecimentos corresponde o pagamento a efectuar.

32.6. O fiscal poderá, através de uma nota de pagamento por conta, efectuar correcções ou alterações em qualquer nota por si emitida, e terá igualmente poderes para modificar ou reter qualquer nota de pagamento por conta se o contrato ou qualquer parte do mesmo não tiver sido executado a seu contento.

32.7. A frequência dos pagamentos por conta será estabelecida nas condições especiais, de acordo com as características dos fornecimentos.

32.8. As condições especiais poderão exigir que determinados pagamentos por conta sejam integralmente cobertos por uma garantia aprovada nos termos do artigo 11º.

Artigo 33º

Extracto de conta final

33.1. No prazo de 60 dias, o mais tardar após a emissão do certificado de recepção definitiva referido no artigo 41º, o fornecedor apresentará ao fiscal um projecto de extracto de conta final acompanhado de documentos justificativos indicando pormenorizadamente o valor dos fornecimentos efectuados em conformidade com o contrato, bem como quaisquer

outras quantias que o fornecedor considere serem-lhe devidas nos termos do contrato, a fim de permitir ao fiscal preparar o extracto de conta final. No entanto, e de acordo com o disposto no nº 6 do presente artigo, as condições especiais poderão determinar que o projecto de extracto de conta final e outras medidas pertinentes sejam analisadas antes da emissão do certificado de recepção provisória.

33.2. No prazo de 60 dias após a recepção do projecto de extracto de conta final e de todas as informações justificadamente exigidas para a sua verificação, o fiscal preparará o extracto de conta final, que determinará:

a) O montante final que, em sua opinião, é devido a título do contrato;

e

b) Tendo determinado as quantias previamente pagas pela entidade adjudicante e as quantias a que esta tenha direito nos termos do contrato, o saldo eventualmente devido pela entidade adjudicante ao fornecedor ou pelo fornecedor à entidade adjudicante, consoante for o caso.

33.3. O fiscal elaborará um extracto de conta final destinado à entidade adjudicante ou ao seu representante devidamente autorizado e ao fornecedor, indicando o montante final a que o fornecedor tem direito nos termos do contrato. A entidade adjudicante ou o seu representante devidamente autorizado e o fornecedor assinarão o extracto de conta final, a título de aceitação do valor total e definitivo dos fornecimentos efectuados nos termos do contrato, e enviarão sem demora uma cópia assinada ao fiscal. Todavia, o extracto de conta final não incluirá os montantes contestados que sejam objecto de negociações, processo de conciliação, arbitragem ou litígio.

33.4. O extracto de conta final assinado pelo fornecedor constituirá uma quitação dada por escrito à entidade adjudicante confirmando que o respectivo total representa a liquidação total e definitiva de todas as verbas devidas ao fornecedor por força do contrato, com excepção dos montantes que sejam objecto de diferendo a resolver por acordo amigável, por arbitragem ou judicialmente. Todavia, essa quitação só produzirá efeitos depois de ter sido efectuado qualquer pagamento devido em conformidade com o extracto de conta final e de ter sido restituída ao fornecedor a garantia de boa execução referida no artigo 11º, se a houver.

33.5. A entidade adjudicante não será responsável perante o fornecedor por qualquer questão ou facto de qualquer forma relacionado com o contrato ou com a execução dos fornecimentos, ou deles decorrente, salvo se o fornecedor tiver incluído o correspondente pedido de pagamento no seu projecto de extracto de conta final.

33.6. O disposto no presente artigo pode ser alterado pelas condições especiais tendo em conta as práticas existentes no Estado da entidade adjudicante.

Artigo 34º

Pagamento a terceiros

34.1. As ordens de pagamento a terceiros só poderão ser executadas após trespasse efectuado nos termos do artigo 6º. A cessão será notificada à entidade adjudicante.

34.2. A notificação dos beneficiários da cessão será da exclusiva responsabilidade do fornecedor.

34.3. Caso seja proferido uma decisão judicial de penhora da propriedade do fornecedor que afecte pagamentos que lhe sejam devidos por força do contrato, sem prejuízo do prazo estabelecido no artigo 35º, a entidade adjudicante disporá de 30 dias a contar da data de recepção da notificação do levantamento definitivo do obstáculo ao pagamento para recomençar a pagar ao fornecedor.

Artigo 35º

Mora no pagamento

35.1. O pagamento ao fornecedor dos montantes devidos ao abrigo de cada nota de pagamento por conta e do extracto de conta final emitidos pelo fiscal será efectuado pela entidade adjudicante no prazo de 90 dias a contar da entrega da referida nota ou extracto de conta à entidade adjudicante. Se for ultrapassado o prazo estabelecido para o pagamento, o fornecedor terá direito a juros calculados proporcionalmente ao número de dias de mora à taxa indicada nas condições especiais, com um período máximo, aí igualmente especificado. O fornecedor terá direito a este pagamento sem prejuízo de qualquer outro direito ou indemnização consignados no contrato. No caso do extracto de conta final, os juros de mora serão calculados numa base diária à taxa especificada nas condições especiais.

35.2. Qualquer falta de pagamento por um período superior a 120 dias a contar do termo do prazo estabelecido no nº 1 do presente artigo conferirá ao fornecedor o direito de não executar o contrato ou de o rescindir.

Artigo 36º

Pagamentos em moeda estrangeira

Quando, nos termos do contrato, o fornecedor tiver direito a pagamentos em moeda estrangeira, as taxas de câmbio aplicadas no cálculo desses pagamentos serão as praticadas correntemente, tal como determinadas pelo banco central do Estado da entidade adjudicante, 30 dias antes da data fixada para a apresentação das propostas. Estas taxas de câmbio não serão alteradas.

RECEPCÃO E GARANTIA

Artigo 37º

Entrega

- 37.1. O fornecedor deve entregar os fornecimentos de acordo com as condições especificadas no contrato e os fornecimentos permanecerão sob a responsabilidade do fornecedor até à recepção provisória.
- 37.2. O fornecedor assegurará a embalagem dos fornecimentos tal como for necessário para evitar a sua danificação ou deterioração no percurso até ao destino final indicado no contrato. A embalagem deverá ser suficiente para resistir, sem limites, a uma manipulação rude, à exposição a temperaturas extremas, ao sal e à precipitação durante o percurso e o armazenamento ao ar livre. As dimensões e o peso das embalagens terão em conta, se necessário, a distância a que se encontra o destino final dos fornecimentos e a possível ausência de meios de movimentação de cargas nos vários pontos do percurso.
- 37.3. A embalagem, a marcação e a documentação dentro e fora das embalagens deverão satisfazer as exigências especiais que forem expressamente previstas no contrato, sujeitas a eventuais alterações ordenadas posteriormente pelo fiscal.
- 37.4. nenhuns fornecimentos poderão ser expedidos ou entregues no local de recepção antes de o fornecedor ter obtido do fiscal uma confirmação por escrito para a entrega desses fornecimentos. O fornecedor será responsável pela recepção no local de entrega de todos os fornecimentos e equipamentos de sua propriedade necessários para efeitos do contrato.
- 37.5. Cada entrega deverá ser acompanhada por uma declaração elaborada pelo fornecedor. Esta declaração, cuja forma será a prescrita nas condições especiais, deverá conter, em particular:
- a data de entrega,
 - o número de referência do contrato,
 - a identificação do fornecedor,
 - as particularidades das mercadorias fornecidas e, se for caso disso, informações sobre a sua divisão para efeitos de embalagem.
- 37.6. Cada embalagem deverá ser claramente marcada com o número da encomenda a que se refere tal como registado na declaração referida no nº 5 do artigo 37º; salvo indicação em contrário, esta declaração deverá conter uma lista do seu conteúdo.
- 37.7. Considera-se que a entrega foi efectuada quando exista uma prova escrita, disponível para ambas as

partes, de que os fornecimentos foram entregues de acordo com os termos do contrato e de que a(s) factura(s) e todos os outros documentos estipulados nas condições especiais foram apresentados à entidade adjudicante. Nos casos em que os fornecimentos sejam entregues num estabelecimento da entidade adjudicante, esta terá a responsabilidade de depositário, de acordo com as exigências da legislação que rege o contrato, durante o período que decorrer entre a entrega para armazenagem e a recepção.

- 37.8. Todos os materiais e mercadorias fornecidos ao abrigo do contrato deverão ser integralmente seguros, sendo a entidade adjudicante o beneficiário, contra perdas ou danos ocorridos durante o fabrico ou aquisição, o transporte, a armazenagem e a entrega, pela forma especificada nas condições especiais.

Artigo 38º

Operações de verificação

- 38.1. Os fornecimentos só serão aceites depois de terem sido submetidos às verificações e ensaios estipulados, a expensas do fornecedor. As inspecções e ensaios devem ser efectuados no ponto de entrega e/ou no destino final das mercadorias.
- 38.2. Durante o processo de entrega dos fornecimentos e antes de estes serem aceites, o fiscal poderá ordenar ou decidir:
- a) A remoção do local de recepção, no prazo ou prazos especificados na ordem, de quaisquer fornecimentos que, na opinião do fiscal, não estejam em conformidade com o contrato;
 - b) A sua substituição por fornecimentos adequados e convenientes;
 - c) A remoção e reinstalação adequada, independentemente de quaisquer ensaios prévios ou pagamentos por conta já efectuados, de quaisquer instalações que, no entender do fiscal, não estejam em conformidade com o contrato no que respeita a materiais, mão-de-obra ou concepção por parte do fornecedor, e que sejam da responsabilidade deste;
 - d) Que qualquer trabalho efectuado ou mercadorias fornecidas ou materiais utilizados pelo fornecedor não está, ou não estão em conformidade com o contrato, ou que os fornecimentos ou qualquer parte deles não satisfazem as exigências do contrato.
- 38.3. O fornecedor remediará os defeitos assim especificados com a maior brevidade e a expensas suas. No caso do o fornecedor não executar essa ordem, a entidade adjudicante terá direito a empregar outras pessoas para executarem as ordens, e todas as despesas daí decorrentes ou imprevistas serão reembolsadas pelo

fornecedor à entidade adjudicante ou poderão ser por esta deduzidas de quaisquer verbas devidas ou que possam vir a ser devidas ao fornecedor.

38.4. Os materiais que não sejam da qualidade requerida serão rejeitados. Nos materiais rejeitados poderá ser aposta uma marca especial. Essa marca não deverá alterá-los ou afectar o seu valor comercial. Os materiais rejeitados serão removidos pelo fornecedor do local de recepção, se o fiscal assim o exigir, dentro de um prazo a especificar pelo fiscal, na falta do que serão removidos automaticamente por conta e risco do fornecedor. Será rejeitado qualquer trabalho onde tenham sido incorporados materiais rejeitados.

38.5. O disposto no presente artigo não prejudica o direito da entidade adjudicante de apresentar reclamações ao abrigo do artigo 21º nem por forma alguma liberta o fornecedor de qualquer garantia ou outras obrigações nos termos do contrato.

Artigo 39º

Recepção provisória

39.1. Os fornecimentos entrarão na posse da entidade adjudicante após terem sido entregues nos termos do contrato, terem sido aprovados nos ensaios exigidos ou terem sido colocados em serviço, se for caso disso, e depois de ter sido emitido ou de se considerar emitido um certificado de recepção provisória.

39.2. Através de uma nota dirigida ao fiscal, o fornecedor poderá pedir um certificado de recepção provisória num prazo não superior a 15 dias antes de os fornecimentos se encontrarem, na sua opinião, concluídos e prontos para a recepção provisória. Dentro de um prazo de 30 dias a contar da recepção do pedido do fornecedor, o fiscal:

a) Emitirá o certificado de recepção provisória destinado ao fornecedor, com cópia para a entidade adjudicante, indicando, sempre que for o caso, as suas reservas e, nomeadamente, a data em que, na sua opinião, os fornecimentos foram concluídos nos termos do contrato e se encontravam prontos para a recepção provisória;

ou

b) Rejeitará o pedido, justificando a sua decisão e especificando medidas que, na sua opinião, o fornecedor deverá tomar para que seja emitido o certificado.

39.3. Caso circunstâncias excepcionais tornem impossível proceder à recepção dos fornecimentos durante o período fixado para a recepção provisória ou final, deverá ser elaborada pelo fiscal depois de consultado, se possível, o fornecedor uma declaração atestando essa impossibilidade. O auto de recepção ou rejeição

será lavrado no prazo de 30 dias a contar da data em que deixe de existir tal impossibilidade. O fornecedor não poderá invocar estas circunstâncias para se subtrair à obrigação de apresentar os fornecimentos em condições adequadas para a recepção.

39.4. Se o fiscal não emitir o certificado de recepção provisória ou não rejeitar os fornecimentos no prazo de 30 dias, considerar-se-á que emitiu o certificado no último dia deste prazo. O certificado de recepção provisória não será considerado como um reconhecimento de que os fornecimentos foram integralmente entregues. Se o contrato dividir os fornecimentos em parcelas, o fornecedor poderá pedir certificados separados para cada parcela.

39.5. Após recepção provisória dos fornecimentos, o fornecedor dismantelará e removerá as estruturas provisórias bem como os materiais cuja utilização já não seja necessária para a execução do contrato. O fornecedor removerá igualmente quaisquer entulhos ou obstruções e rectificará qualquer modificação das condições do local de recepção tal como exigido pelo contrato.

Artigo 40º

Obrigações decorrentes da garantia

40.1. O fornecedor deverá garantir que os fornecimentos são novos, não utilizados dos modelos mais recentes e que incorporam todas as recentes inovações de concepção e materiais, salvo disposição em contrário incluída no contrato. O fornecedor garantirá ainda que nenhuns fornecimentos têm defeitos de concepção, de materiais ou de mão-de-obra, excepto na medida em que a concepção ou os materiais sejam indicados nas especificações, ou defeitos resultantes de qualquer acto ou omissão da entidade adjudicante que possam afectar a utilização normal dos fornecimentos nas condições vigentes no Estado da entidade adjudicante.

40.2. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, esta garantia será válida por 360 dias a contar da entrega dos fornecimentos, ou de qualquer parcela dos fornecimentos, se tal for o caso, e da sua colocação em serviço no destino final indicado no contrato, ou por 540 dias após a data de expedição do porto de embarque do país de origem, conforme o período que expirar primeiro. A obrigação de manter os fornecimentos subordinar-se-á ao disposto nas condições especiais e nas especificações, que determinarão o respectivo período e condições.

40.3. O fornecedor será responsável pela reparação de qualquer defeito ou dano em qualquer parte dos fornecimentos, que possa surgir ou ocorrer durante o período de garantia ou nos 30 dias subsequentes ao seu termo, na sequência de:

- a) Utilização de materiais defeituosos, erros de projecto do fornecedor ou deficiências de mão-de-obra;
ou
- b) Qualquer acto ou omissão do fornecedor durante o período de garantia;
ou
- c) Qualquer inspecção feita pela entidade adjudicante ou em seu nome.

40.4. O fornecedor efectuará, por sua conta e tão rapidamente quanto possível, a reparação dos ditos defeitos ou danos. O período de garantia para todos os fornecimentos substituídos ou reparados deverá recomençar a partir da data em que a substituição ou reparação tiver sido efectuada a contento do fiscal. Se o contrato prever a recepção parcial, o período de garantia será alargado apenas para a parte dos fornecimentos afectada pela substituição ou reparação.

40.5. Caso surja qualquer defeito ou ocorra qualquer dano durante o período referido no nº 3 do presente artigo, a entidade adjudicante ou o fiscal notificarão desse facto o fornecedor. Se o fornecedor não reparar o defeito ou dano no prazo estipulado na notificação, a entidade adjudicante poderá;

- a) Proceder ela própria à reparação do defeito ou dano ou empregar outra pessoa para efectuar o trabalho sob a responsabilidade do fornecedor e à custa deste, sendo neste caso as despesas efectuadas pela entidade adjudicante deduzidas dos montantes devidos ao fornecedor ou da garantia de boa execução por este prestada, ou de ambos;
ou

- b) Rescindir o contrato.

40.6. Em caso de emergência, se o fornecedor não puder ser contactado imediatamente ou, tendo sido contactado, não estiver em condições de tomar as medidas necessárias, a entidade adjudicante ou o fiscal poderão mandar efectuar o trabalho a expensas do fornecedor. A entidade adjudicante ou o fiscal informarão tão rapidamente quanto possível o fornecedor das medidas tomadas.

Artigo 41º

Serviço pós-venda

Caso o contrato exija um serviço pós-venda, este será prestado em conformidade com o disposto nas condições especiais. O fornecedor comprometer-se-á a efectuar ou mandar efectuar a manutenção e reparação dos fornecimentos e a assegurar um fornecimento rápido de peças sobressalentes. As condições especiais poderão especificar que o fornecedor tenha de fornecer todo e qualquer dos seguintes materiais, informações e documentos acerca das peças sobressalentes por ele fabricadas ou distribuídas:

- a) As peças sobressalentes que a entidade adjudicante possa decidir comprar ao fornecedor, desde que tal decisão não liberte o fornecedor de quaisquer obrigações decorrentes da garantia ao abrigo do contrato;
e
- b) Em caso de abandono da produção de peças sobressalentes, informação prévia à entidade adjudicante para esta obter os sobressalentes de que necessite; e, após esse abandono, fornecimento de projectos, peças desenhadas e especificações dos referidos sobressalentes, se e quando requeridos, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante.

Artigo 42º

Recepção definitiva

- 42.1. Ao expirar o período de garantia ou, no caso de haver mais que um período de garantia, ao expirar o último desses períodos, e depois de terem sido rectificados todos os defeitos ou danos, o fiscal entregará ao fornecedor um certificado de recepção definitiva com cópia para a entidade adjudicante, indicando a data em que o fornecedor concluiu o cumprimento das suas obrigações contratuais a contento do fiscal. O certificado de recepção definitiva será entregue pelo fiscal no prazo de 30 dias a contar do termo do período de garantia, ou logo que tenham sido concluídas a contento do fiscal quaisquer rectificações mandadas executar nos termos do artigo 40º.
- 42.2. O contrato só se considerará integralmente cumprido depois de o fiscal ter assinado e entregue à entidade adjudicante um certificado de recepção definitiva, com cópia para o fornecedor.
- 42.3. Independentemente da emissão do certificado de recepção definitiva, o fornecedor e a entidade adjudicante continuarão a ser responsáveis pelo cumprimento de qualquer obrigação assumida ao abrigo do contrato anteriormente à emissão do referido certificado de recepção definitiva e que ainda não tenha sido cumprida à data da sua emissão. A natureza e alcance dessas obrigações serão determinadas através de remissão para o disposto no contrato.

NÃO CUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

Artigo 43º

Não cumprimento do contrato

- 43.1. Considera-se que existe não cumprimento do contrato quando uma das partes não satisfizer qualquer das suas obrigações contratuais.
- 43.2. Em caso de não cumprimento do contrato, a parte lesada pelo não cumprimento terá direito às seguintes reparações:
 - a) Indemnização por perdas e danos;
e/ou
 - b) Rescisão do contrato.

43.3. A indemnização por perdas e danos pode ser:

- a) Extracontratual (de carácter geral);
ou
- b) Contratual (prevista no contrato).

43.4. No caso de ter direito a uma indemnização por perdas e danos, a entidade adjudicante poderá deduzir essa indemnização de quaisquer montantes devidos ao fornecedor ou da garantia adequada.

Artigo 44º

Rescisão pela entidade adjudicante

44.1. O contrato pode ser rescindido pela entidade adjudicante em qualquer altura e com efeito imediato excepto nos casos previstos no nº 2 do presente artigo.

44.2. Salvo disposição em contrário nas presentes condições gerais, a entidade adjudicante pode, depois de notificar o fornecedor com sete dias de antecedência, rescindir o contrato em qualquer dos seguintes casos:

- a) Se o fornecedor não efectuar os fornecimentos estritamente de acordo com as disposições do contrato;
- b) Se o fornecedor não cumprir dentro de um prazo razoável qualquer notificação do fiscal exigindo-lhe que repare uma negligência ou falha no desempenho das suas obrigações contratuais que afecte gravemente a correcta execução do contrato dentro do prazo;
- c) Se o fornecedor recusar ou negligenciar o cumprimento de ordens administrativas dadas pelo fiscal;
- d) Se o fornecedor transmitir a outrem o contrato ou efectuar quaisquer subcontratos sem autorização da entidade adjudicante;
- e) Se o fornecedor abrir falência ou se tornar insolvente, ou for objecto de uma ordem judicial nomeando um administrador da massa falida, ou entrar em acordo com os seus credores, ou prosseguir as suas actividades sob a direcção de um administrador da massa falida ou de um gerente a favor dos seus credores, ou entrar em liquidação;
- f) Se tiver transitado em julgado qualquer decisão judicial desfavorável relativa sobre uma infracção que ponha em causa a idoneidade profissional do fornecedor;
- g) Se existir qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;
- h) Se se verificar qualquer modificação estrutural que implique uma alteração da personalidade jurídica, natureza e fiscalização do fornecedor, a menos que tal modificação seja averbada no contrato;

- i) Se o fornecedor não constituir a garantia ou o seguro necessários, ou se a pessoa que prestou a garantia ou seguro anterior deixar de poder honrar os seus compromissos.

44.3. A rescisão de contrato não prejudicará os restantes direitos ou poderes que o contrato atribua à entidade adjudicante e ao fornecedor. A entidade adjudicante poderá, subsequentemente, celebrar qualquer outro contrato com terceiros por conta do fornecedor. A responsabilidade do fornecedor por atraso na conclusão dos fornecimentos cessará imediatamente após a rescisão, sem prejuízo de qualquer responsabilidade previamente adquirida.

44.4. Após a emissão da nota de rescisão do contrato, o fiscal ordenará ao fornecedor que tome de imediato as medidas necessárias para pôr termo rápida e ordenadamente aos fornecimentos e para reduzir as despesas ao mínimo.

44.5. Tão rapidamente quanto possível após a rescisão de contrato, o fiscal confirmará o valor dos fornecimentos e todos os montantes devidos ao fornecedor à data da rescisão.

44.6. Em caso de rescisão:

- a) Na presença do fornecedor ou dos seus representantes, ou depois de estes terem sido devidamente convocados, o fiscal procederá, tão rapidamente quanto possível, à elaboração de um relatório sobre os fornecimentos entregues e o trabalho executado e efectuar-se-ão inventários dos materiais fornecidos e não utilizados. Será igualmente elaborada uma relação dos montantes devidos pelo fornecedor à entidade adjudicante;
- b) A entidade adjudicante terá a faculdade de adquirir, a preços de mercado, os materiais e elementos fornecidos ou encomendados pelo fornecedor e ainda não pagos pela entidade adjudicante, nas condições que o fiscal considerar adequadas.

44.7. A entidade adjudicante não será obrigada a efectuar quaisquer novos pagamentos ao fornecedor até à conclusão dos fornecimentos, após o que terá o direito de obter do fornecedor o reembolso de eventuais despesas suplementares decorrentes da execução dos fornecimentos, ou pagará qualquer saldo devido ao fornecedor antes da rescisão do contrato.

44.8. Se a entidade adjudicante rescindir o contrato, terá o direito de ser reembolsada pelo fornecedor por qualquer prejuízo que tenha sofrido até ao montante máximo estabelecido no contrato. Se não estiver estabelecido qualquer montante máximo, a entidade

adjudicante só terá o direito de ser reembolsada da parcela do preço contratual que corresponda ao valor da parte dos fornecimentos que, por falha do fornecedor, não possa ser utilizada como previsto.

- 44.9. Quando a rescisão não se dever a um acto de omissão do fornecedor, este terá direito a reclamar, além das quantias que lhe são devidas pelo trabalho já realizado, uma indemnização pelos prejuízos sofridos.

Artigo 45º

Rescisão pelo fornecedor

- 45.1. Mediante pré-aviso de 14 dias dirigido à entidade adjudicante, o fornecedor poderá rescindir o contrato se a entidade adjudicante:

- a) Não lhe pagar os montantes devidos em conformidade com qualquer nota de pagamento emitida pelo fiscal depois de expirado o prazo limite estabelecido no nº 2 do artigo 35º;
- b) Sistemáticamente não cumprir as suas obrigações após repetidos avisos;
- c) Suspender a entrega dos fornecimentos, ou de qualquer parcela dos mesmos, por mais de 180 dias, por motivos não especificados no contrato, ou não resultantes de falta do fornecedor.

- 45.2. Tal rescisão não prejudicará quaisquer outros direitos adquiridos pela entidade adjudicante ou pelo fornecedor nos termos do contrato.

- 45.3. Em caso de rescisão nestas condições, a entidade adjudicante indemnizará o fornecedor por qualquer perda ou dano que este possa ter sofrido. Essa indemnização não poderá exceder um limite que deverá ser especificado no contrato ou nas condições especiais.

Artigo 46º

Casos de força maior

- 46.1. Nenhuma das partes será considerada como tendo faltado às suas obrigações contratuais se o cumprimento de tais obrigações tiver sido impedido por qualquer caso de força maior verificado depois da data de notificação da adjudicação do contrato ou da data em que este tiver começado a produzir efeitos, conforme o que ocorrer primeiro.

- 46.2. Na aceção das presentes condições gerais entende-se por «casos de força maior», a acção das forças naturais, greves, *lock-outs* ou outros conflitos laborais, actos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terremotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados por

enxurradas, tumultos, explosões e quaisquer outras ocorrências imprevisíveis semelhantes que as partes não possam evitar nem superar efectuando as devidas diligências.

- 46.3. Não obstante o disposto nos artigos 21º e 44º, o fornecedor não ficará sujeito à perda da garantia de boa execução, ao pagamento da indemnização por perdas e danos ou à rescisão por não cumprimento do contrato se, e na medida em que, o atraso na execução ou qualquer outra falta de cumprimento das suas obrigações contratuais resultarem de um motivo de força maior. Do mesmo modo, não obstante o disposto nos artigos 35º e 45º, a entidade adjudicante não estará sujeita ao pagamento de juros de mora por não execução ou por rescisão do contrato pelo fornecedor por não cumprimento se, e na medida em que, o atraso da entidade adjudicante no pagamento ou qualquer outra falta de cumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um motivo de força maior.

- 46.4. Se qualquer das partes considerar que se registaram casos de forças maior susceptíveis de afectar o cumprimento das suas obrigações, informará imediatamente a outra parte e o fiscal, fornecendo pormenores sobre a natureza, a duração provável e as consequências previsíveis do ocorrido. Salvo instrução em contrário dada por escrito pelo fiscal, o fornecedor continuará a cumprir as suas obrigações contratuais, tanto quanto for razoavelmente praticável, e procurará encontrar medidas alternativas plausíveis para cumprir as obrigações cuja execução não seja impedida pelo caso de força maior. O fornecedor não porá em prática essas medidas alternativas sem receber instruções nesse sentido da parte do fiscal.

- 46.5. Se o cumprimento das ordens do fiscal ou a utilização de medidas alternativas previstas no nº 4 do presente artigo implicar despesas suplementares para o fornecedor, o respectivo montante deverá ser confirmado pelo fiscal.

- 46.6. Se qualquer caso de força maior que eventualmente ocorra se prolongar por 180 dias, não obstante qualquer prorrogação do prazo de execução do contrato que por esse motivo possa ter sido concedida ao fornecedor, cada uma das partes terá o direito de rescindir o contrato mediante pré-aviso de 30 dias à outra parte. Se no termo deste período de 30 dias o caso de força maior ainda se mantiver, o contrato será rescindido e, por conseguinte, de acordo com a legislação por que se rege o contrato, as partes serão desligadas da obrigação de prosseguir a sua execução.

Artigo 47º

Morte

- 47.1. Se o fornecedor for uma pessoa singular, o contrato será automaticamente rescindido se essa pessoa falecer. A entidade adjudicante analisará contudo qualquer proposta apresentada pelos herdeiros ou benefi-

ciários caso estes tenham manifestado o desejo de prosseguir o contrato. A decisão da entidade adjudicante será comunicada aos interessados no prazo de 30 dias após a recepção da proposta.

47.2. Se o fornecedor for constituído por várias pessoas singulares e uma ou mais delas falecerem, será elaborado e aprovado pelas partes um relatório sobre o avanço dos trabalhos e a entidade adjudicante decidirá da rescisão ou continuação do contrato de acordo com o compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou beneficiários, consoante for o caso.

47.3. Nos casos previstos nos nºs 1 e 2 do presente artigo, as pessoas que se proponham prosseguir a execução do contrato deverão comunicar a sua intenção à entidade adjudicante no prazo de 15 dias a contar da data da morte.

47.4. Salvo disposição em contrário contida nas condições especiais, essas pessoas serão individual e solidariamente responsáveis pela correcta execução do contrato na mesma medida em que o anterior fornecedor o era. A prossecução do contrato ficará sujeita às regras relativas à constituição da garantia prevista no artigo 11º.

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 48º

Resolução de litígios

48.1. A entidade adjudicante e o fornecedor farão todos os esforços para resolver amigavelmente qualquer litígio relacionado com o contrato que possa surgir entre eles ou entre o fiscal e o fornecedor.

48.2. As condições especiais estipularão:

- a) O processo de resolução amigável de litígios;
- b) Os prazos dentro dos quais se poderá recorrer ao processo de resolução amigável de litígios após a data de notificação do litígio à outra parte e o prazo máximo em que tal resolução deverá ser alcançada, o qual não poderá exceder 120 dias a contar do início do processo adoptado;
- c) Os prazos concedidos para responder por escrito a um pedido de resolução amigável ou a quaisquer outros pedidos no decurso do processo, e as consequências do não cumprimento desses prazos.

48.3. As partes podem acordar que o litígio seja resolvido por conciliação dentro de um prazo limite específico, com a intervenção de um terceiro, no caso de ter falhado o processo de resolução amigável.

48.4. O processo de resolução amigável ou de conciliação implicará sempre que as reclamações e respostas sejam notificadas à outra parte.

48.5. Na falta de uma resolução amigável ou de uma resolução por conciliação dentro do prazo limite especificado, o litígio deverá ser resolvido:

- a) Se se tratar de um contrato nacional, de acordo com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante;

e

- b) Se se tratar de um contrato transnacional:
 - i) de acordo com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante ou com as suas práticas internacionais estabelecidas, caso as partes contratantes assim o decidam,
 - ii) por arbitragem de acordo com as regras processuais adoptadas nos termos da convenção.